

A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO: DESIGUALDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS NA SOCIEDADE MODERNA

SOCIAL TRANSFORMATION IN THE AGE OF GLOBALIZATION: INEQUALITIES AND SOCIAL MOVEMENTS IN MODERN SOCIETY

Maikel Schneider – IBRA

André Luíz Fonseca Prado – IBRA

Bruno Rech – IBRA

Jeferson de Oliveira Luz – IBRA

Nilson Guedes Batista – IBRA

Aline Raquel Richter – IBRA

Cristiane Turcato da Costa – IBRA

Nelson Davi Damke – IBRA

Adriana cardoso – IBRA

Rosiara Dutra Maciel – IBRA

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as transformações sociais ocorridas na sociedade moderna, com ênfase nas desigualdades sociais e no papel dos movimentos sociais no contexto da globalização. Inicialmente, aborda-se a formação da sociedade moderna através das teorias de Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, compreendendo os processos históricos que levaram à constituição de sociedades complexas. Em seguida, explora-se o conceito de estratificação social e as diferentes formas de desigualdade que permeiam a organização social, fundamentadas nas contribuições de Pierre Bourdieu sobre capital social e cultural. A pesquisa investiga ainda a emergência dos movimentos sociais como resposta às opressões e desigualdades, analisando suas dinâmicas e impactos à luz das teorias de Charles Tilly e Alain Touraine. Por fim, discute-se o fenômeno da globalização e seus efeitos nas relações sociais contemporâneas, considerando as ideias de Anthony Giddens e Ulrich Beck sobre interconectividade global e seus impactos em identidades, culturas e economias. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, baseada em revisão bibliográfica crítica, visando correlacionar os conceitos teóricos com os fenômenos sociais atuais. Os resultados apontam para a necessidade de compreender a complexidade das dinâmicas sociais na era global e reconhecem a importância dos movimentos sociais na promoção de mudanças e na luta contra as desigualdades persistentes. Conclui-se que a sociologia desempenha um papel fundamental na análise e compreensão dos fenômenos sociais contemporâneos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras-chave: Transformações sociais. Desigualdades sociais. Globalização. Movimentos sociais. Sociedade moderna.

ABSTRACT

This work aims to analyze the social transformations occurring in modern society, with an emphasis on social inequalities and the role of social movements in the context of globalization. Initially, it addresses the formation of modern society through the theories of Karl Marx, Max Weber, and Émile Durkheim, understanding the historical processes that led to the constitution of complex societies. Next, it explores the concept of social stratification and the different forms of inequality that permeate social organization, grounded in Pierre Bourdieu's contributions on social and cultural capital. The research also investigates the emergence of social movements as a response to oppression and inequalities, analyzing their dynamics and impacts in light of the theories of Charles Tilly and Alain Touraine. Finally, it discusses the phenomenon of globalization and its effects on contemporary social relations, considering the ideas of Anthony Giddens and Ulrich Beck on global interconnectedness and its impacts on identities, cultures, and economies. The methodology adopted is qualitative in nature, based on a critical literature review, aiming to correlate theoretical concepts with current social phenomena. The results point to the need to understand the complexity of social dynamics in the global era and recognize the importance of social movements in promoting change and combating persistent inequalities. It is concluded that sociology plays a fundamental role in the analysis and understanding of contemporary social phenomena, contributing to the construction of a more just and equitable society.

Keywords: Social Transformation. Globalization. Social Inequalities. Social Movements. Modern Society.

1. INTRODUÇÃO

As últimas décadas têm sido marcadas por transformações profundas nas estruturas sociais, econômicas e políticas em escala global. A era da globalização intensificou a interconectividade entre nações, culturas e economias, redefinindo as relações sociais e ampliando os desafios relacionados às desigualdades sociais. Nesse contexto, a compreensão das dinâmicas que moldam a sociedade moderna torna-se essencial para a análise sociológica contemporânea.

A globalização, embora tenha promovido avanços significativos em diversos setores, também exacerbou disparidades sociais e econômicas. As desigualdades persistentes manifestam-se não apenas em termos de renda e riqueza, mas também no acesso a direitos fundamentais, como educação, saúde e justiça. Esse cenário complexifica-se ainda mais com o surgimento de novos movimentos sociais que buscam confrontar e transformar as estruturas opressivas existentes.

Este trabalho tem como objetivo analisar as transformações sociais na era da globalização, enfatizando as desigualdades e o papel dos movimentos sociais na sociedade moderna. A pesquisa busca compreender como os processos globais influenciam as estruturas sociais locais e quais são as respostas coletivas emergentes diante das injustiças sociais.

A relevância deste estudo reside na necessidade de aprofundar o entendimento sobre as dinâmicas de poder e resistência que caracterizam a sociedade atual. Ao explorar a intersecção entre globalização, desigualdade e movimentos sociais, pretende-se contribuir para o debate acadêmico e auxiliar na formulação de políticas públicas mais equitativas. Além disso, a pesquisa destaca a importância da sociologia como ferramenta crítica para a compreensão e transformação da realidade social.

A metodologia adotada neste trabalho é de natureza qualitativa, fundamentada em uma revisão bibliográfica crítica das principais teorias sociológicas relacionadas ao tema. Foram analisadas obras e artigos acadêmicos de autores clássicos e contemporâneos, como Karl Marx, Max Weber, Émile Durkheim, Pierre Bourdieu, Charles Tilly, Alain Touraine, Anthony Giddens e Ulrich Beck. A pesquisa envolveu a interpretação e correlação dos conceitos apresentados por esses autores com os fenômenos sociais atuais, buscando compreender as dinâmicas de transformação social na era da globalização.

2 MARCO TEÓRICO

Para aprofundar a compreensão das transformações sociais na era da globalização, é fundamental examinar as principais teorias sociológicas que abordam a formação da sociedade moderna, as desigualdades estruturais, a emergência dos movimentos sociais e os impactos globais nas relações sociais. Esta revisão teórica oferecerá o embasamento necessário para analisar criticamente os fenômenos em questão, fundamentando a pesquisa nas contribuições de pensadores clássicos e contemporâneos.

2.1 A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE MODERNA

A compreensão da formação da sociedade moderna é essencial para analisar as transformações sociais que ocorreram ao longo dos séculos. Os processos históricos que levaram à constituição de sociedades complexas e industrializadas foram estudados por diversos teóricos clássicos da sociologia, dentre os quais se destacam Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim.

Karl Marx analisou a transição do feudalismo para o capitalismo, enfatizando as relações de produção e a luta de classes como elementos centrais na estruturação da sociedade. Para Marx, “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2010, p. 25). Ele argumenta que o desenvolvimento das forças produtivas levou ao surgimento da burguesia como classe dominante, resultando na exploração do proletariado. Marx destaca que:

A burguesia revolucionou completamente os instrumentos de produção, e com eles as relações de produção, e, por conseguinte, todas as relações sociais. [...] As relações fixas e enferrujadas, com seu cortejo de ideias e concepções antigas e veneráveis, se dissolvem, e as novas relações envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desvanece, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas (MARX; ENGELS, 2010, p. 32).

Essa dinâmica entre as classes sociais seria o motor das mudanças históricas, culminando na possibilidade de uma revolução proletária que instauraria uma sociedade sem classes.

Por outro lado, Max Weber explorou o processo de racionalização que permeou a modernidade, destacando a influência da ética protestante no desenvolvimento do capitalismo ocidental. Weber observa que:

A ideia de que o dever do indivíduo consiste em perseguir o lucro sem tréguas, sem descanso, como um fim em si mesmo — tão estranha ao sentimento dos homens em todas as épocas — é a ética do capitalismo moderno. [...] O capitalismo é idêntico à busca do lucro, à busca permanente e racional do lucro, à rentabilidade sempre renovada (WEBER, 2004, p. 17).

Ele argumenta que a ética protestante incentivou a acumulação de capital e a disciplina no trabalho, contribuindo para a formação das estruturas econômicas modernas. Ou seja, para Weber, o capitalismo é identificado com a busca permanente e racional do lucro, onde a rentabilidade é constantemente renovada. Essa racionalização econômica está intimamente ligada a uma ética que legitima e incentiva a acumulação de riqueza não para o consumo ostentatório, mas como um dever moral e um fim em si mesmo. A racionalidade instrumental, portanto, passa a guiar as ações dos indivíduos, que organizam suas vidas em torno do trabalho e da eficiência econômica.

A ética protestante forneceu a base moral para o desenvolvimento do capitalismo ao redefinir o trabalho e o lucro como virtudes éticas. Isso contribuiu para a formação de sociedades modernas onde a busca incessante pelo lucro e a racionalização dos processos produtivos são aspectos centrais. Ao discutir a ética protestante e o espírito do capitalismo, Weber oferece uma perspectiva única sobre a formação da sociedade moderna, enfatizando a importância dos valores culturais na estruturação das relações econômicas e sociais. Sua análise complementa as abordagens de Marx e Durkheim, fornecendo uma compreensão mais abrangente dos processos que levaram à modernidade.

Émile Durkheim focou na transição das sociedades de solidariedade mecânica para solidariedade orgânica, conceito central para entender a coesão social em sociedades complexas. Segundo Durkheim:

À medida que a sociedade se desenvolve, a divisão do trabalho torna-se a fonte principal da solidariedade social. Nas sociedades primitivas, onde a divisão do trabalho é mínima, a solidariedade é baseada na semelhança entre os indivíduos. Porém, nas sociedades modernas, caracterizadas por uma alta especialização, a solidariedade resulta da interdependência funcional entre os membros da sociedade (DURKHEIM, 2007, p. 45).

Durkheim argumenta que, nas sociedades tradicionais, a coesão social é mantida pela solidariedade mecânica, onde os indivíduos compartilham valores, crenças e atividades semelhantes. Com o advento da modernidade e a transição para sociedades industrializadas, ocorre uma profunda mudança na forma como a solidariedade é estabelecida. A divisão do trabalho torna-se mais complexa e especializada, levando à solidariedade orgânica. Nesse contexto, a especialização das funções sociais promove a interdependência entre os indivíduos, pois cada pessoa depende das habilidades e funções desempenhadas por outras para satisfazer suas próprias necessidades. Essa interdependência fortalece os laços sociais, já que a coesão não se baseia mais na semelhança, mas na complementaridade das funções desempenhadas por cada membro da sociedade. Durkheim acredita que essa nova forma de solidariedade é essencial para a coesão social nas sociedades modernas, uma vez que incentiva a cooperação e a integração dos indivíduos em um sistema social complexo.

As contribuições de Marx, Weber e Durkheim oferecem perspectivas complementares sobre os processos que levaram à formação da sociedade moderna. Enquanto Marx enfatiza os conflitos econômicos e a luta de classes como motores da história, Weber destaca a racionalização e os valores culturais na estruturação social, e Durkheim concentra-se na coesão social e na importância das instituições. Essas teorias fornecem uma base sólida para a compreensão das transformações sociais que caracterizam a modernidade.

2.2 ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E DESIGUALDADES

A estratificação social é um conceito central na sociologia que se refere à organização hierárquica da sociedade baseada em critérios como classe social, raça, gênero e etnia. Essa estrutura determina o acesso dos indivíduos a recursos, oportunidades e privilégios, resultando em desigualdades que afetam diversos aspectos

da vida social.

Anthony Giddens (2005) define a estratificação social como a existência de desigualdades estruturadas entre grupos em termos de acesso a recompensas materiais ou simbólicas. Essas desigualdades são sistemáticas e persistentes, influenciando profundamente a vida dos indivíduos e grupos sociais.

Gerhard Lenski (1966) argumenta que a estratificação surge da distribuição desigual de recursos valiosos na sociedade, como riqueza, poder e prestígio. A competição por esses recursos leva inevitavelmente à formação de hierarquias sociais, onde alguns indivíduos desfrutam de acesso privilegiado em detrimento de outros.

As classes sociais constituem uma forma central de estratificação. Karl Marx identificou a divisão entre a burguesia, que detém os meios de produção, e o proletariado, que vende sua força de trabalho, como fundamental para entender as desigualdades no capitalismo. Ele enfatiza que a exploração econômica é o motor das desigualdades sociais e que a luta de classes é inevitável dentro do sistema capitalista.

Max Weber ampliou a análise de Marx ao introduzir os conceitos de status e partido como elementos adicionais na estratificação social. Para Weber, além da classe econômica, o prestígio social (status) e o poder político (partido) também determinam a posição social dos indivíduos. Ele argumenta que as desigualdades sociais são multidimensionais, envolvendo diferentes esferas da vida social.

A estratificação também ocorre com base em raça e etnia. Stuart Hall (2003) discute como as identidades raciais são construções sociais utilizadas para justificar práticas de dominação e exclusão. Ele explora como as representações raciais estabelecem fronteiras simbólicas entre grupos, legitimando desigualdades e hierarquias sociais.

No contexto brasileiro, Florestan Fernandes analisa o mito da democracia racial e como ele mascara as profundas desigualdades raciais existentes. Fernandes argumenta que a sociedade brasileira é marcada por um racismo estrutural que perpetua a marginalização dos negros, uma vez que a abolição da escravatura não foi acompanhada de medidas que integrassem os negros na sociedade.

O gênero é outro eixo crucial de estratificação. Simone de Beauvoir (1980) afirma que a condição feminina é construída socialmente, e as mulheres são sistematicamente colocadas em posição de subordinação em relação aos homens, limitando suas possibilidades de realização pessoal e profissional. Judith Butler (2003) aprofunda essa análise ao discutir a performatividade de gênero, sugerindo que o gênero é uma construção social reproduzida através de práticas cotidianas que contribuem para a manutenção das desigualdades entre homens e mulheres.

Pierre Bourdieu contribuiu significativamente para a compreensão da estratificação ao introduzir os conceitos de capital econômico, social e cultural. Bourdieu (2007) define o capital cultural como o conjunto de conhecimentos, habilidades e competências que os indivíduos adquirem, permitindo o acesso a determinados bens culturais e posições sociais privilegiadas. O capital social refere-se às redes de relacionamentos e conexões que os indivíduos possuem, as quais podem ser mobilizadas para obter vantagens e recursos. Esses diferentes tipos de capital interagem para manter e reproduzir a posição dos indivíduos na estrutura social, contribuindo para a perpetuação das desigualdades.

Kimberlé Crenshaw (2002) introduziu o conceito de interseccionalidade para destacar como diferentes formas de opressão, como raça, gênero e classe, se sobrepõem e interagem. Ela explica que as experiências das mulheres negras são moldadas por intersecções de raça e gênero, que amplificam as desigualdades. Compreender as desigualdades requer considerar múltiplos eixos de identidade e poder, já que as opressões não operam de forma isolada.

A estratificação social tem profundas implicações para a organização da sociedade, influenciando o acesso a recursos e oportunidades. Richard Wilkinson e Kate Pickett (2010) observam que sociedades com maiores níveis de desigualdade apresentam piores indicadores de saúde, educação, violência e coesão social. Eles argumentam que a desigualdade corrói a confiança entre as pessoas, aumenta a ansiedade e reduz o bem-estar coletivo.

4

Essas desigualdades estruturais representam desafios significativos para a justiça social e a democracia, exigindo abordagens multidimensionais para seu enfrentamento. A compreensão dos mecanismos de estratificação é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas que visem à redução das desigualdades e à promoção de uma sociedade mais equitativa.

2.3 MOVIMENTOS SOCIAIS E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Os movimentos sociais desempenham um papel fundamental na promoção de mudanças sociais e

na contestação das desigualdades e opressões presentes na sociedade. Eles emergem como respostas coletivas a situações de injustiça, mobilizando indivíduos e grupos em torno de objetivos comuns. A teoria dos movimentos sociais oferece ferramentas analíticas para compreender suas dinâmicas, motivações e impactos, sendo enriquecida pelas contribuições de autores como Charles Tilly e Alain Touraine.

Charles Tilly (1978) contribuiu significativamente para o estudo dos movimentos sociais ao enfatizar a importância da ação coletiva na formação de identidades políticas e na mobilização de recursos. Tilly introduz o conceito de “repertório de ação coletiva”, referindo-se ao conjunto de meios disponíveis para que grupos sociais expressem suas reivindicações e exerçam pressão sobre as estruturas de poder. Ele argumenta que os movimentos sociais são produtos de processos históricos específicos e que suas formas de atuação evoluem conforme as mudanças nas relações entre o Estado e a sociedade civil.

Alain Touraine (1984), por sua vez, propõe que os movimentos sociais são atores centrais na transformação da sociedade, não apenas reagindo a condições materiais, mas também buscando redefinir os valores e orientações culturais. Touraine desenvolve a ideia de “sujeito histórico”, sugerindo que os movimentos sociais modernos têm como objetivo fundamental a construção de uma nova identidade coletiva que desafia as normas estabelecidas. Ele destaca que “os movimentos sociais são processos pelos quais os atores sociais, mobilizando recursos culturais e simbólicos, contestam o controle que as instituições exercem sobre a vida social” (TOURAINÉ, 1984).

A dinâmica interna dos movimentos sociais é marcada pela interação entre estrutura e agência. Enquanto as condições estruturais fornecem o contexto no qual os movimentos emergem, a agência dos atores envolvidos é crucial para determinar suas estratégias, organização e capacidade de mobilização. Tilly (1978) enfatiza que a eficácia dos movimentos sociais depende da “capacidade de mobilizar recursos e de aproveitar oportunidades políticas, bem como de construir alianças estratégicas”.

No cenário contemporâneo, observa-se uma diversificação dos movimentos sociais, que passam a abarcar uma variedade de causas, como direitos civis, feminismo, ambientalismo, entre outros. A globalização e o avanço das tecnologias de informação e comunicação ampliaram o alcance e a visibilidade desses movimentos, permitindo a formação de redes transnacionais de solidariedade e a coordenação de ações em escala global.

A compreensão dos movimentos sociais é essencial para analisar os processos de transformação social, pois eles atuam como catalisadores de mudanças, influenciando políticas públicas e promovendo debates sobre questões fundamentais. Touraine (1984) ressalta que “a ação dos movimentos sociais é essencial para a democracia, pois eles representam a voz daqueles que buscam transformar a sociedade em direção a maior justiça e igualdade”.

2.4 GLOBALIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES SOCIAIS

A globalização é um fenômeno complexo que tem transformado significativamente as relações sociais, culturais e econômicas no mundo contemporâneo. Caracterizada pela intensificação das interações e interdependências em escala global, a globalização influencia diretamente a forma como os indivíduos constroem suas identidades, participam da cultura e se inserem na economia mundial.

Anthony Giddens (1991) define a globalização como a intensificação das relações sociais em escala mundial, conectando localidades distantes de tal maneira que eventos locais são moldados por acontecimentos que ocorrem a quilômetros de distância e vice-versa. Ele argumenta que a globalização não é um processo unidirecional, mas uma série de transformações interligadas que afetam diversos aspectos da vida social, incluindo a política, a economia e a cultura.

Giddens destaca que a globalização impacta profundamente a construção da identidade pessoal e coletiva. A exposição a diferentes culturas e valores através dos meios de comunicação e da internet leva os indivíduos a questionarem tradições e a reconfigurarem suas identidades em um processo reflexivo contínuo. Esse fenômeno pode gerar oportunidades de autodesenvolvimento, mas também sentimentos de insegurança diante das mudanças constantes.

Ulrich Beck (1999) introduz o conceito de “sociedade de risco” para descrever como a globalização produz novos tipos de riscos e incertezas que transcendem fronteiras nacionais. Ele enfatiza que problemas como mudanças climáticas, crises financeiras e pandemias são inerentemente globais e requerem soluções que vão além das capacidades individuais dos estados-nação. Beck argumenta que a globalização desafia as estruturas tradicionais de governança, exigindo a criação de novas formas de cooperação internacional.

Beck também discute a ideia de “cosmopolitismo”, sugerindo que a globalização promove uma

consciência global na qual as pessoas reconhecem sua interdependência e responsabilidade compartilhada pelos desafios mundiais. No entanto, ele reconhece que a globalização pode exacerbar desigualdades e criar novas formas de exclusão social, à medida que nem todos os indivíduos e comunidades se beneficiam igualmente dos processos globais.

A interconectividade global tem efeitos significativos na economia, promovendo a integração dos mercados financeiros e comerciais. Isso facilita o fluxo de capitais, bens e serviços, mas também pode levar a vulnerabilidades, especialmente em países em desenvolvimento que enfrentam concorrência acirrada e dependência de mercados externos. A globalização econômica pode aprofundar as disparidades entre ricos e pobres, tanto entre nações quanto dentro delas.

Culturalmente, a globalização facilita o intercâmbio de ideias, valores e práticas, promovendo a diversidade cultural. Entretanto, também pode levar à homogeneização cultural, onde culturas dominantes influenciam ou suplantam tradições locais. Esse processo levanta preocupações sobre a preservação da identidade cultural e a resistência à hegemonia cultural.

Em suma, a globalização é um fenômeno multifacetado que reconfigura as relações sociais, afetando identidades, culturas e economias. Compreender seus impactos é essencial para abordar os desafios contemporâneos e promover uma globalização que seja inclusiva e equitativa, respeitando as diversidades culturais e buscando reduzir as desigualdades econômicas e sociais.

3 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo analisar as transformações sociais na era da globalização, enfatizando as desigualdades sociais e o papel dos movimentos sociais na sociedade moderna. Através de uma revisão teórica fundamentada em autores clássicos e contemporâneos buscou-se compreender como os processos globais influenciam as estruturas sociais locais e quais são as respostas coletivas emergentes diante das injustiças sociais.

As pesquisas realizadas permitiram constatar que a globalização, embora tenha proporcionado avanços significativos em termos de tecnologia, comunicação e interconectividade, também intensificou as desigualdades sociais e econômicas. Identificou-se que essas desigualdades se manifestam de forma multidimensional, afetando diferentes grupos sociais com base em classe, raça, gênero e outros marcadores de diferença.

Os movimentos sociais emergem como atores fundamentais na contestação dessas desigualdades e na promoção de transformações sociais. As teorias de Tilly e Touraine contribuíram para entender como a mobilização coletiva e a ação estratégica dos movimentos sociais podem desafiar estruturas opressivas e influenciar mudanças nas políticas públicas. Observou-se que, na era da globalização, esses movimentos ganham novas dinâmicas e possibilidades de atuação, potencializadas pelas tecnologias de informação e comunicação, mas também enfrentam desafios impostos pela complexidade dos fenômenos globais.

Conclui-se que através da articulação das teorias sociológicas com os fenômenos contemporâneos, foi possível aprofundar a compreensão das transformações sociais na era da globalização e do papel dos movimentos sociais nesse contexto. Entretanto, reconhece-se que a complexidade dos fenômenos estudados abre espaço para futuras pesquisas. Sugere-se a realização de estudos empíricos que investiguem casos específicos de movimentos sociais e suas estratégias de enfrentamento das desigualdades em diferentes contextos culturais e políticos. Além disso, explorar as implicações das novas formas de mobilização digital e sua eficácia na promoção de mudanças estruturais pode contribuir para o avanço do conhecimento nesta área. A sociologia, portanto, continua sendo essencial para analisar criticamente a sociedade e contribuir para a construção de um mundo mais justo e equitativo.

REFERÊNCIAS

6

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BECK, Ulrich. **O Que é Globalização?**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: Crítica Social do Julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização



CRENSHAW, Kimberlé. **“Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”**. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Globo, 2008.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LENSKI, Gerhard. **Power and Privilege: A Theory of Social Stratification**. New York: McGraw-Hill, 1966.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1978.

TOURAINÉ, Alain. **The Voice and the Eye: An Analysis of Social Movements**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Brasília: Editora UnB, 2009.

WILKINSON, Richard; PICKETT, Kate. **O Espírito Nível: Por Que Sociedades Mais Iguais Funcionam Melhor**. São Paulo: Três Estrelas, 2010.